

POR UMA LINGÜÍSTICA REFLEXIVA

(ANÁLISE DO LIVRO “POR UMA LINGÜÍSTICA CRÍTICA”)

Ricardo Joseh Lima (UERJ)¹

Resumo: Utilizando como mote uma situação ficcional, e retornando a ela no final, este artigo procura realizar uma análise crítica das idéias expostas no livro “Por uma Lingüística Crítica”, de Kanavilil Rajagopalan (2003). Após uma breve descrição das propostas centrais do livro, procede-se à análise, que aborda duas premissas dessas propostas: a de que a definição de língua como objeto social é a única possível para a Lingüística e a de que é possível mensurar a relevância social de trabalhos lingüísticos que têm como ‘alvo’ o povo. Será argumentado que as duas premissas podem ser desfeitas, o que diminui o impacto que as propostas da Lingüística Crítica pretendem ter. Apoiando-se em uma situação concreta, este artigo propõe uma alternativa embrionária que tem como objetivo dar conta dos problemas mencionados acima e se realiza em uma situação concreta.

É verão. Não só as águas de março inundam as ruas do Rio de Janeiro, mas os raios de sol invadem sem piedade a sala de aula localizada no 11º andar e onde Pedro se encontra às sete horas da manhã. Mais alguns minutos e ele, seus colegas e o professor já estão suando, dividindo a atenção em relação ao conteúdo da disciplina e à tentativa de se refrescar do calor, se abanando. Além desse fator ‘extra’-acadêmico que prejudica seu desempenho, Pedro ainda se ressentido de uma noite mal dormida, por ter ido para a cama tarde terminar o trabalho sobre correntes estruturalistas para entregar ao professor e ter acordado às quatro da manhã para poder chegar na hora. Misturado a esse sentimento está o da má alimentação, já que Pedro teve pouco tempo para ingerir um achocolatado e um pão com requeijão.

Os olhos de Pedro tentam acompanhar o professor de Lingüística, que fala sem parar e já escreveu em boa parte do quadro. A aula é sobre as tais correntes estruturalistas e nomes e termos e datas se seguem numa espiral sem sentido e sem fim para a mente conturbada de Pedro. Em um dos não raros momentos de distração em relação ao professor, Pedro folheia o programa do curso: Fonologia, Filosofia da Linguagem, Árvores Sintáticas, Traços Semânticos. Nada do que ele leu parecia dar esperança de que o curso que estava apenas começando conseguiria despertar sua consciência e a de seus colegas que ou dormitavam ou conversam ou devaneavam durante a aula.

Em um desses momentos de distração, Pedro encontrou, no fundo da sala, jogado no chão, um trabalho de Lingüística, que parecia ter sido feito por um aluno de um período adi-

¹ Gostaria de agradecer aos meus ex-alunos de Lingüística I, principalmente os que cursaram essa disciplina no segundo semestre de 2007, pelas discussões, interesse e por terem gerado, mesmo sem saber, muitas das idéias

antado. O trabalho estava rasgado e amassado e Pedro só conseguiu ler com segurança as citações que o aluno tinha colocado no início do trabalho. Ainda desinteressado, cansado pelas condições em que se encontrava, Pedro começou a leitura das citações²:

Quando me refiro a uma lingüística crítica, quero, antes de mais nada, me referir a uma lingüística voltada para questões práticas. Não é a simples aplicação da teoria para fins práticos, mas pensar a própria teoria de forma diferente, nunca perdendo de vista o fato de que o nosso trabalho tem que ter alguma relevância. Relevância para as nossas vidas, para a sociedade de modo geral. [RAJAGOPALAN, 2003, p. 12].

Acreditar numa lingüística crítica é acreditar que podemos fazer diferença. Acreditar que o conhecimento sobre a linguagem pode e deve ser posto a serviço do bem-estar geral, da melhoria das nossas condições do dia-a-dia. [RAJAGOPALAN, 2003, p. 12].

(...) é possível adotar um ponto de vista crítico em lingüística? Ou será que a lingüística, enquanto ciência, estaria (ou, a rigor, deveria ser) sempre neutra e acima das considerações de cunho político e ideológico? . [RAJAGOPALAN, 2003, p. 45].

E, aos poucos, o lingüista vai recuperando seu verdadeiro papel enquanto cientista social, com um importante serviço a prestar à comunidade e, com isso, contribuir para a melhoria das condições de vida dos setores menos privilegiados da sociedade à qual pertence. [RAJAGOPALAN, 2003, p. 123].

Pedro mal podia acreditar no que estava lendo. Será que era isso mesmo o que ele tinha entendido? Havia uma *outra* Lingüística, diferente daquela que ele estava *sufrendo*? E essa *nova* Lingüística prometia ser engajada em questões sociais, discutir e agir sobre a realidade (a sala de aula escaldante, o transporte de má qualidade, a falta de estrutura para alimentação, etc etc etc)... e nunca mais Pedro teria que ouvir falar sobre Sanssure ou Salssure ou quer que seja...

Não foi difícil para Pedro encontrar a referência mencionada nas citações. Tratava-se de “Por uma Lingüística Crítica: Linguagem, Identidade e a Questão Ética”, escrito por Kanavilil Rajagopalan, em 2003, um lingüista da Unicamp. Pedro trocou a compra de alguns DVDs piratas pela compra do livro e em um fim de semana tinha lido tudo (eram 136 páginas divididas em 16 capítulos). O que Pedro não encontrou foram referências ao autor do trabalho que ele encontrou jogado no chão e nem ao professor que o teria passado. De qualquer modo, a leitura do livro já tinha sido suficiente para Pedro mandar um e-mail para seu primeiro professor de Lingüística, provocando-o com o tema e as citações acima. O texto que se segue foi a resposta obtida por Pedro.

que estarão contidas em futuras atividades e que estão apresentadas aqui apenas de forma embrionária.

² Como se trata de uma análise crítica, entendeu-se que era mais adequado apresentar, ao longo do texto, citações que fossem relevantes para se proceder a esse objetivo.

1) Lingüística Crítica: o que é; suas propostas; primeiros problemas.

Ao término da leitura do livro de Rajagopalan, não é fácil determinar com precisão uma definição do que seja a Lingüística Crítica. As citações acima, retiradas de trechos de várias partes do livro, dão uma idéia geral do que vem a ser essa visão sobre a ciência Lingüística. O autor parte da premissa de que a língua é um objeto social, construído através de práticas sociais. Sendo assim, seu estudo está determinado a enfocar e analisar questões sociais. Completando a premissa do autor, o fato de vivermos em um mundo desequilibrado socialmente faz do estudioso da linguagem um cientista que está comprometido com essa situação. Em outras palavras, o estudo de um objeto social levaria à intervenção a respeito desse objeto e dos demais que o cercam.

O sentido de *responsabilidade* que Rajagopalan deseja inculcar no lingüista já fora explorado anteriormente, por exemplo, por Sartre em diversas obras. O conceito sartriano de ‘escolha’ ressoa nas citações e nas idéias gerais da Lingüística Crítica: se eu vejo um mundo injusto e escolho não agir sobre ele, estou escolhendo a perpetuação da injustiça. Sartre estendeu e aplicou esse conceito existencialista à literatura (Sartre, 1947), mais especificamente à prosa, procurando demonstrar que se o conceito está correto, então uma prosa que não busque enfocar, analisar e agir sobre os problemas sociais deve estar fadada ao fracasso. A literatura, portanto, para Sartre, não conseguiria escapar de ser engajada, pois a ela se aplicaria o conceito de ‘escolha’. Essa digressão sobre a postura existencialista se faz necessária visto que Rajagopalan parece proceder do mesmo modo a partir da premissa lançada no parágrafo anterior: dado seu caráter inerentemente social, à Lingüística não resta outra saída a não ser se engajar em questões sociais. O que se vai explorar nesta seção e nas próximas é se esta empreitada é justa, quais são os principais problemas que sua aceitação acarreta e se há alternativas a ela.

A conscientização da sociedade a respeito de seus problemas e a criação de um conjunto coordenado de ações voltadas para a análise e solução desses problemas são tarefas imprescindíveis na sociedade em que vivemos, tanto em um âmbito mais local quanto em um âmbito mais global. Podemos nos perguntar que *agente* é esse que realizará tais tarefas. De imediato, a resposta que nos vem à mente é: o cidadão. É já um truísmo dizer que não basta conviver e participar das atividades constituidoras da sociedade para que se declare que determinado indivíduo é um cidadão. O conceito de cidadania pressupõe conscientização e mobilização, além das características acima mencionadas. No entanto, não é o cidadão a quem Rajagopalan se dirige, mas sim ao profissional lingüista. Se a transformação do indivíduo em cidadão é algo desejável e necessário para dar conta dos problemas sociais, o mesmo se poderia dizer do

profissional? De outro modo: até que ponto os conceitos de responsabilidade social, de intervenção em problemas sociais deve moldar e constituir uma ação profissional?

Para Rajagopalan, a resposta é clara: se a atividade profissional está relacionada a práticas sociais, o profissional deve incorporar em sua atividade análises e intervenções a respeito dessas práticas sociais. Uma vez que se assume como premissa que a Lingüística possui um objeto social, a transformação do lingüista em um militante se dá de modo natural. Nosso primeiro passo, agora, é analisar essa premissa e tentar verificar se ela está correta ou se há outros modos de se analisar o objeto da Lingüística.

2) Lingüística = Lingüística Crítica?; “Más notícias: Chomsky de novo...”

A argumentação de Rajagopalan para instaurar a premissa de que o objeto da Lingüística é social está sustentada em duas bases. Na primeira, o autor descreve alguns fenômenos, como a globalização, o imperialismo lingüístico e o caso dos estrangeirismos (mais especificamente o projeto do então deputado Aldo Rebelo), para concluir que a análise mais adequada desses fenômenos pressupõe uma visão de Lingüística que considere a língua como objeto social. Na segunda base, Rajagopalan atribui a não-concepção da Lingüística como ciência social a uma escolha feita pelo próprio lingüista de intencionar se ausentar, se excluir de responsabilidades políticas e ideológicas, conforme se pode observar nas citações abaixo:

Este texto [“Sobre a dimensão ética das teorias lingüísticas”, o quinto capítulo do livro] tem o objetivo central de formular a hipótese (...) de que a questão ética está necessariamente presente no nível dito “propriamente teórico” – isto é, entre outras coisas, até mesmo na escolha do objeto de estudo. No caso da lingüística, por exemplo, a questão ética se faz presente já no ato inaugural de definir o objeto de estudo, a linguagem. [RAJAGOPALAN, 2003, p. 49].

A pergunta que devemos fazer neste instante é: será que a linguagem pode ser analisada da mesma maneira que os físicos e químicos costumam analisar os seus objetos de estudo? Ao considerar a linguagem como um objeto natural e não cultural, que escolhas, que estratégias de exclusão estariam sendo operacionalizadas e para que finalidades?. [RAJAGOPALAN, 2003, p. 123].

Em relação à primeira base, nada há a se objetar: até mesmo os lingüistas que trabalham com uma concepção não-social (biológica, natural) de língua reconhecem que determinados temas são mais bem resolvidos (ou são unicamente resolvidos) através de uma abordagem que considere aspectos sociais e culturais da língua. A separação entre um aspecto biológico e um social da língua sempre esteve presente na concepção teórica do Gerativismo e se houve (e há) desentendimentos a esse respeito pode-se creditar a confusões terminológicas criadas pela incompreensão (às vezes consciente) das correntes lingüísticas divergentes. Portanto, a exis-

tência de fenômenos que devem ser abordados através de uma definição de língua que seja social não faz necessariamente com que a definição de língua seja *somente* social.

A segunda base merece uma análise mais detalhada. O que Rajagopalan diz é que ao definir língua como um objeto natural, o lingüista está neste momento da definição se eximindo de abordar questões sociais em sua atividade profissional. Veremos que isto não é inteiramente correto. O cerne do equívoco é o retorno da confusão entre atividade do indivíduo enquanto cidadão e atividade enquanto profissional. Rajagopalan parece indicar que não é possível possuir uma atividade cidadã ativa ao mesmo tempo em que se realiza uma atividade profissional neutra, o que no caso da Lingüística significaria em palavras bem diretas que não seria possível ser um militante político quando se assume uma postura neutra em relação à língua, tomando-a como um objeto natural. Ora, essa é exatamente a descrição do perfil do ‘lingüista e ativista político’ Noam Chomsky. Sobre essa possibilidade, que se constituiria como uma alternativa à proposta da Lingüística Crítica, já que garantiria o comprometimento social do indivíduo, mas sem comprometer socialmente sua atividade profissional, podemos perceber duas linhas de reação expostas no livro de Rajagopalan.

A primeira reação é enfatizar que

(...) nem os cientistas pertencentes às áreas exatas crêem mais na total isenção das suas atividades enquanto pesquisadores. Dizem eles com toda a franqueza e sem qualquer constrangimento que o seu trabalho também tem fortes conotações ideológicas e políticas. [RAJAGOPALAN, 2003, p. 124].

No entanto, não está claro o que significa isso na prática. Bastaria observar a atividade profissional para se verificar se se trata de um indivíduo comprometido socialmente, já que profissão e atuação cidadã estão unificadas? Não poderíamos encontrar em geólogos que procuram por fósseis de dinossauros ou em astrônomos que observam nascimento e morte de estrelas que estão a milhões de anos-luz da Terra indivíduos que em sua prática cidadã se revelam conscientes e conscientizam as pessoas dos problemas sociais? A fonte da qual Rajagopalan tirou a informação sobre o engajamento dos cientistas da área das exatas se aplica à comunidade científica como um todo, tanto no nível internacional quanto no nacional?

A segunda reação é localizar, em um parágrafo que renderia uma extensa citação (p.78), um elo entre a escolha da definição de língua como objeto natural e fontes de financiamento de pesquisa. A fonte para tal afirmação vem da observação dos agradecimentos presentes em trabalhos de Lingüística, realizados nos EUA das décadas de 50 e 60, a fontes de financia-

mento como Exército e Marinha. Rajagopalan considera “ingênuo” quem não enxerga as relações entre as pesquisas e suas fontes, principalmente quando vêm do Estado. É interessante notar que Rajagopalan destaca que tal análise só é feita a partir da “visão retrospectiva da qual dispomos”. Esse tipo de argumentação não parece acrescentar nada ao debate, apenas um olhar enviesado. Assim, um outro olhar enviesado, no futuro, com alguma visão retrospectiva, poderia enxergar nos agradecimentos de Rajagopalan ao CNPq (p.13) possíveis intromissões do Estado brasileiro em sua pesquisa, determinando e restringindo seu objeto de estudo, métodos de análise e objetivos.

Por fim, faz-se necessário repetir um argumento que já foi exposto várias vezes a respeito da definição de língua enquanto objeto natural. Todas as representações sociais, culturais e interacionais da situação comunicativa concreta, contextualizada politicamente no tempo e no espaço terminam sendo submetidas a processos físicos e químicos no cérebro do falante/ouvinte. Ao se ouvir um espirro, determinadas áreas do cérebro são ativadas; ao se ouvir uma frase, outras áreas são também ativadas. O estudo dessas ativações cerebrais não constituiria um objeto de estudo apenas porque não são sociais? As ativações cerebrais, além disso, estão gerando representações simbólicas, operadas em um nível que chamamos de mente, a partir de processos computacionais. Também não seria esse um objeto de estudo? O fato de se ter uma neurolingüística, uma biolingüística, uma psicolingüística não faz com que uma lingüística social não exista. Nada do que seja dito a respeito do caráter social e cultural da língua fará com que o cérebro/mente deixe de atuar nos momentos de utilização da língua e, por conseguinte, deixe de legitimar áreas de pesquisa que não possuem ponto de contato evidente com práticas sociais. O adjetivo ‘evidente’ é mencionado de propósito: é uma ilusão pensar que todo neurolingüista ou psicolingüista é um profissional que não enxerga práticas sociais em suas atividades. As conexões desses estudiosos e seus estudos com questões concretas como afasias (e seu tratamento), déficits de linguagem e de aprendizagem (e seu diagnóstico) não devem ser desconsideradas quando se for analisar o quão longe determinado grupo de estudiosos está de realizar práticas sociais. Mesmo que esse determinado grupo não tenha pretendido realizar uma pesquisa que tivesse algum efeito social, como seu tema está abordando questões e objetos que têm esse efeito (um quadro clínico, uma doença), é possível que os resultados das pesquisas possam servir de base para outras, que têm efeito social mais direto.

2) A Lingüística Crítica e o povo (ou “O Povo é o mito da burguesia”³)

Um dos pontos de partida para a proposição de uma Lingüística Crítica reside na observação, por parte de Rajagopalan, de que a Lingüística, tal como está constituída hoje, está não apenas distante, mas contrariando os anseios da opinião pública. Rajagopalan vê três razões para essa situação: a escolha da definição de língua enquanto objeto natural torna, de imediato, a Lingüística distante de práticas sociais (mas vimos acima como isso não é algo que se siga diretamente dessa escolha). As outras duas razões são localizadas no caso da reação dos lingüistas ao projeto do então deputado Aldo Rebelo sobre os estrangeirismos. Essa reação não foi ouvida, e nem respeitada, pela opinião pública por ela ter sido destrutada como ignorante do assunto – somente os “lingüistas” possuiriam conhecimento sobre fenômenos lingüísticos e por uma inabilidade dos lingüistas em se fazer ouvir e respeitar.

Toda vez que se fala em ‘povo’, devemos ter o cuidado de lembrar que esse é um conceito que não possui uma definição única, estática e consensual. Pode ser analisado através de vários vieses como o sociológico, o antropológico, o político, entre outros. Se falar ‘em nome’ do povo é uma atitude com amplos problemas como visto acima, falar *do* povo também não é um problema menor. Assim é que Rajagopalan dá início a alguns de seus argumentos a favor da Lingüística Crítica ao observar que a Lingüística tal como está constituída hoje não consegue lidar com a comunicação com o povo, seja para comunicar seus estudos, seja para dialogar com o saber que o povo possui. Ao longo do livro, no entanto, encontramos trechos não muito abonadores a respeito desse saber, como podemos ver a seguir:

Dentre esses, posso destacar a preocupação constante de fazer com que os avanços da Lingüística sejam postos ao alcance da população fora dos centros de pesquisa e ensino superior. [RAJAGOPALAN, 2003, p. 7].

A saúde de uma disciplina se mede pela presteza com a qual ela consegue responder a novas realidades que surgem no mundo em que vivemos e pelo interesse que ela evidencia em atender aos anseios e preocupações típicos de cada época. O que certamente não equivale a dizer que os pesquisadores devem rever suas prioridades conforme a opinião pública. [RAJAGOPALAN, 2003, p. 124].

Apesar de tudo o que os filósofos e os lógicos dizem a esse respeito, as pessoas comuns acreditam (e nisso, de certa forma, elas estão sendo influenciadas por anos a fio de ensino de gramática normativa) que o nome próprio está livre de qualquer marca de predicação (...). [RAJAGOPALAN, 2003, p. 84].

O perigo está no fato de que o leitor ingênuo e desavisado tende a confundir descrição com termo referencial, opinião com fato consumado. [RAJAGOPALAN, 2003, p. 87].

³ Frase retirada do texto “Eztetyka do sonho”, de Glauber Rocha, (Rocha, G. **Revolução do cinema novo**. São Paulo : Cosacnaify, 2004, p.250).

Que os leigos costumam ter idéias pouco científicas a respeito da linguagem sempre foi matéria de qualquer curso introdutório sobre a linguagem (...). Infelizmente, muitas dessas idéias escancaradamente errôneas ou no mínimo discutíveis (...). [RAJAGOPALAN, 2003, p. 100].

Todas as citações acima revelam de um modo ou de outro uma posição incerta em relação ao ‘outro’, nesse caso o ‘povo’, nomeado por Rajagopalan ora de ‘leigos’ ora de ‘pessoas comuns’ (um termo nada neutro...) e ora pela expressão genérica ‘senso-comum’. Na primeira citação, a palavra ‘avanços’ passa a idéia de que a Lingüística se adiantou em relação aos demais saberes, que realmente nós, lingüistas, descobrimos algo, já legitimado pela voz do autor. A segunda citação põe um freio em pretensões de radicalizar o diálogo com o povo: nem tudo o que for desejado por este será feito pela academia. A terceira citação, como mencionado, trata os não-lingüistas como ‘pessoas comuns’, aferindo-se a elas um tipo de (mau) conhecimento que não sabemos ao certo se elas possuem. A quarta citação caracteriza o leitor como ‘ingênuo e desavisado’, talvez por comparação a outros leitores, maduros e conscientes; essa comparação no entanto coloca o leitor leigo na primeira categoria, algo que não é óbvio, já que a caracterização partiu de um dos lados (do lingüista) e não de um estudo comparativo. Por fim, e de modo mais radical, idéias pertencentes aos leigos são de cara classificadas como erradas, revelando o pressuposto implícito de que o outro lado (do lingüista) está correto. Deve-se somar a esse quadro as observações desabonadoras que Rajagopalan faz em relação a um grupo denominado “Lingüistas brasileiros pela democracia” (p.78; p.130-1). Analisando brevemente o perfil desse grupo e suas idéias, Rajagopalan os descarta como voz, não conferindo a eles legitimidade alguma no debate. Em uma situação de diálogo, interação e consideração da voz do outro, tal como prega a Lingüística Crítica, tal atitude parece ser contraditória.

Deve-se ressaltar que um capítulo inteiro é dedicado aos leigos, e então aparecem observações que avaliam de modo positivo (como na página 130) esse saber. Mesmo assim, ainda há mais para se conferir a distância das idéias da Lingüística Crítica das ‘idéias’ do povo. Estamos falando dos temas de estudo levantados por Rajagopalan no livro. São eles, de modo principal, ocupando capítulos inteiros: a lei sobre os estrangeirismos, a globalização e a ameaça de imperialismo lingüístico, a designação de nomes na mídia e as relações entre arte, ficção e a política da representação. Rajagopalan certamente considera esses temas de interesse para o ‘povo’. Certamente, todos são. Mas, adotando uma perspectiva crítica para a Lingüística Crítica, estão esses estudos atendendo ao objetivo de “contribuir para a melhoria das condições de vida dos setores menos privilegiados da sociedade à qual pertence” (p.123)? Nos seria

legítimo pensar, de novo adotando uma perspectiva crítica, que haveria outros temas que se encaixassem melhor no objetivo acima pretendido? Podemos pensar na fome, no analfabetismo, nos preconceitos lingüísticos (em relação à Norma Não-Padrão, em relação às línguas indígenas, em relação à Língua Brasileira de Sinais, etc) como temas mais próximos do povo? No tema sobre a designação de nomes na mídia, o autor utiliza exemplos do 11 de setembro e da guerra do Iraque; por que não exemplos sobre os ‘ataques’ do PCC, em São Paulo, ou sobre as guerras de facções rivais (nunca nomeadas por jornais como *O Globo*), no Rio de Janeiro? No capítulo sobre arte e ficção, Rajagopalan analisa trechos do livro “Alice no País das Maravilhas”, por que não “A chegada de Lampião no inferno”, de nossa literatura de cordel?

O parágrafo acima foi constituído basicamente de perguntas, pois teve a finalidade de provocar e não de julgar. Quando Rajagopalan submete o trabalho de lingüistas que assumem uma definição de língua como objeto natural e sua neutralidade ética e política ao crivo da Lingüística Crítica, está havendo um juízo sobre as ações desse grupo. O que se está questionando nesse momento é se é possível assumir uma postura de julgamento nesse caso. Quem levantasse a sério as questões do parágrafo anterior poderia ‘julgar’ a Lingüística Crítica como alienada e, por que não, neutra até (!), já que não aborda temas como a violência, a fome e a pobreza, por exemplo. No entanto, realizar esse ato seria julgar e neste texto não nos sentimos imbuídos com nenhuma legitimação para julgar os trabalhos dos outros. A complexidade das relações com o conceito de ‘povo’, enunciada no começo desta seção, remete a outro ponto do livro em análise. Em todos os temas analisados por Rajagopalan, só em um momento há uma defesa explícita de uma parcela da população: é quando o autor, discutindo a lei dos estrangeirismos, defende a liberdade dos moradores da Barra da Tijuca de utilizarem termos estrangeiros. Ora, de todas as parcelas da população brasileira que se possa pensar para defender, logo essa foi contemplada? ... É certo realizar essa crítica ao trabalho de Rajagopalan? Em nossa opinião, a resposta é ‘não’, porque a academia não possui um medidor objetivo de temas (e ações!) que estejam mais em conformidade com ‘práticas sociais’ do que outros.

3) Concluindo... E começando!

Este artigo pretendeu investigar a premissa lançada por Rajagopalan para a sustentação da Lingüística Crítica e a argumentação de que, a partir dessa premissa, se deveria ter, no campo da Lingüística, uma confluência entre uma prática ética nos níveis do cidadão e do profissional. Em relação à premissa, que propunha que o objeto da Lingüística, a língua, tem um caráter unicamente social, argumentou-se que juntamente com um caráter (eminentemen-

te, prioritariamente, ou o que seja) social, é inescapável concordar que há processos físicos e químicos acontecendo quando do uso da língua. Estudos podem focalizar esses processos, que ocorrerão independente de motivações sociais ou culturais, pois eles pertencem ao terreno da Neurologia (pela parte do cérebro) e da Psicologia (pela parte da mente).

Ainda, argumentou-se que a escolha por uma definição de língua enquanto objeto natural (por oposição à escolha da definição por objeto social) não remete nem de modo direto a possíveis escolhas políticas e ideológicas. Certo é que um objeto natural, por definição, está mais distante de práticas sociais do que um objeto social, também por definição, mas apenas isso. É possível ser um estudioso da língua enquanto objeto natural e realizar práticas sociais (o caso de Chomsky, por exemplo, e de quem mais realize fora da esfera do trabalho essas práticas; é o caso de estudos com afasias, DEL, dislexia, entre outros) e por outro lado é possível ser um estudioso da língua enquanto objeto social e nem por isso se ter a certeza de se estão realizando práticas sociais na atividade profissional – como foi visto, é possível, utilizando critérios críticos, investigar se os temas de estudo selecionados estão de acordo ou não com uma aproximação com as necessidades reais e concretas das parcelas realmente necessitadas da população brasileira.

Apesar de este artigo ter se concentrado em críticas à proposta da Lingüística Crítica, já que se considera que há críticas e que devem ser apontadas, não se pode deixar de reconhecer que as discussões levantadas por essa proposta são bem vindas no campo da Lingüística. Talvez uma das principais seja a relação entre atividade ética e política no plano do indivíduo enquanto cidadão e no plano do indivíduo enquanto profissional. Argumentamos que são planos distintos e que há perigos em se misturá-los. Por outro lado, não se pode deixar de concordar com a idéia de que, de algum modo, a atividade profissional de um lingüista não deva estar conectada com questões sociais e concretas. Evidentemente, como se mostrou, a operação de julgar essa atividade é complexa e merece extremos cuidados para ser realizada (ou por outra, não ser realizada). No entanto, a disseminação desse debate pode vir a trazer frutos a respeito das possibilidades da profissão lingüista e seus pontos de contato com práticas sociais.

Essa foi a resposta que Pedro recebeu de seu ex-professor. Depois de ler e reler o que ele tinha escrito, Pedro permanecia em dúvida a respeito do que ele próprio pensava sobre a Lingüística Crítica. Afinal, essa proposta abria as portas para uma prática que estivesse relacionada com questões e problemas sociais prementes. “Isso é desejável... não, mais que isso, é necessário! Às favas com Saussure, árvores sintáticas, filósofos da linguagem... eles não têm

nada a dizer sobre o que eu sinto, o que eu penso, o que eu preciso!”. Por outro lado, não conseguia deixar de lembrar que nenhum dos temas da *Linguística Crítica* expostos no livro iriam sequer chegar perto de resolver seus problemas mais específicos: o pouco tempo para estudar, as condições precárias de transporte e alimentação para uma aula às sete horas da manhã, a deterioração da infra-estrutura da universidade.

Nada disso estava no livro, embora Pedro pensasse que algum lingüista, inspirado pelas propostas ali contidas, iniciasse algum trabalho que, pelo menos, dialogasse com essa realidade mais próxima dele. Pedro ponderou sobre a possibilidade de que algum diálogo, mesmo que inicialmente de modo informal, mas depois de modo formal, entre docentes e discentes poderia se iniciar, partindo das discussões da proposta da *Linguística Crítica*. Não seriam discussões sobre temas amplos, gerais, como globalização ou representação, mas sobre os temas mais próximos, mais locais, da realidade dos debatedores. Pensou como isso poderia ser aplicado, de modo concreto, nas suas disciplinas da graduação, em *Linguística I, II, III, IV...* uma *Linguística* que não se comprometesse de antemão a ser crítica, nem ser neutra, mas se comprometesse a ser reflexiva, a dar voz a quem não tem voz, a fazer o ‘dono da voz’ ouvir outras vozes... .. quando Pedro se deu conta, estava sonhando, no meio de uma aula sobre as diferenças epistemológicas entre as correntes contemporâneas da *Linguística*.

Bibliografia

RAJAGOPALAN, K. *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e representação*. 2 ed. São Paulo : Parábola, 2004.